



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaió – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciência política: poder e establishment 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: poder e establishment 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-116-6

DOI 10.22533/at.ed.166213105

1. Ciência política. 2. Poder. 3. Establishment. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

As Ciências Políticas caracterizam-se como um campo de estudos e práticas em constante evolução e transformações conceituais, discursivas e temáticas que têm sistematicamente passado por diferentes renovações analíticas, teórico-metodológicas e de objetos ao longo do tempo, contribuindo assim para uma prolífera agenda de pesquisas com diferentes níveis de foco e abrangência.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, o presente livro “Ciência Política: Poder e *Establishment* 2” apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos políticos sobre um conjunto amplo de temas da realidade política internacional e nacional.

O objetivo desta obra é apresentar a riqueza do campo científico das Ciências Políticas a partir de uma abrangente agenda de estudos que valoriza a pluralidade temática, metodológica e teórica para analisar a realidade do poder e da ação política humana em diferentes escalas espaciais e periodizações temporais.

Fundamentado por uma pluralidade epistemológica e por distintos níveis de análise no campo das Ciências Políticas, o presente livro apresenta 21 capítulos que obedecem a uma lógica de funil em três partes identificadas, respectivamente por micro, meso e macroanálises sobre os diferentes temas e atores que manifestam campos de poder e de ação política.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores oriundos de distintos estados de todas as macrorregiões brasileiras, este livro faz um imersivo estudo sobre com base em microanálises sobre movimentos sociais e realidades locais, mesoanálises focadas nos estados do Piauí, Maranhão e Alagoas, e, macroanálises relacionadas a temas nacionais e internacionais.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos capítulos do presente livro combina distintas abordagens qualitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados primários e secundários, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos.

A indicação deste livro é recomendada para um extenso número de leitores, uma vez que foi escrito por meio de uma linguagem fluída e de uma abordagem didática que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados por estudos políticos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

APOIO AOS COLETIVOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIAS COMO PROCESSO DE FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: Um estudo de caso do RECOOPSOL

Elizabete Maria da Silva

Nely Tocantins

Josita da Rocha Priante

Thamara Nayme de Arruda Nascimento

Oscar Zalla Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.1662131051

CAPÍTULO 2..... 12

A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO DA LUTA DA CLASSE TRABALHADORA ATÉ AS TEORIAS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Livia Almeida Dutra

DOI 10.22533/at.ed.1662131052

CAPÍTULO 3..... 23

A ONTOLOGIA DO BIOPODER PATRIARCAL: O TRAUMA SILENCIOSO DA FEMINIZAÇÃO

Maria Lidia Mattos Valdivia

DOI 10.22533/at.ed.1662131053

CAPÍTULO 4..... 35

AS MULHERES RURAIS SINDICALISTAS: LUTANDO E CONQUISTANDO ESPAÇO

Arminda Rachel Botelho Mourão

Vanessa Fernandes Miranda

DOI 10.22533/at.ed.1662131054

CAPÍTULO 5..... 46

MULHERES TRANS NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA BUSCA POR REPRESENTATIVIDADE

Rosana da Silva Chagas

DOI 10.22533/at.ed.1662131055

CAPÍTULO 6..... 54

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO TERRITORIAL NO PIAUÍ (2007-2020)

Conceição de Maria dos Santos Moura

Maria D'Alva Macedo Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.1662131056

CAPÍTULO 7	67
CONSELHOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL NO ESTADO DO PIAUÍ	
Francisco Mesquita de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1662131057	
CAPÍTULO 8	80
CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PIAUÍ	
Clarissa Flávia Santos Araújo	
Alyne Maria Barbosa de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.1662131058	
CAPÍTULO 9	92
LUTA PELO RECONHECIMENTO: A TRAJETÓRIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO	
Amanda Jaqueline Reis Pereira	
Eva Erlene Franco de Sousa	
Layla Kelly Santos da Silva	
Vanessa Magalhães da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1662131059	
CAPÍTULO 10	103
PAISAGENS CULTURAIS NAS TOADAS DO BUMBA MEU BOI NO MARANHÃO	
Lucilea Ferreira Lopes Gonçalves	
Domingos Bandeira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.16621310510	
CAPÍTULO 11	115
A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E SEU IMPACTO NOS NEGÓCIOS DE PEQUENO PORTE EM ALAGOAS: DESIGUALDADES REVELADAS E A NECESSIDADE DE APOIO INSTITUCIONAL	
Laudeny Fábio Barbosa Leão	
DOI 10.22533/at.ed.16621310511	
CAPÍTULO 12	128
A LIBERDADE ECONÔMICA EXPLICA A DEMOCRACIA LATINOAMERICANA?	
Ana Tereza Duarte Lima de Barros	
Felipe Ferreira de Oliveira Rocha	
Katharyne de Andrade Santos	
Lidiane Pascoal Santana	
Luma Neto do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310512	

CAPÍTULO 13.....	150
ESTADO MÍNIMO PRA QUEM? UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO NEOLIBERISMO NO BRASIL	
Ingred Lydiane de Lima Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16621310513	
CAPÍTULO 14.....	161
DOS FATOS ÀS VERTIGENS: A (DES)VALORIZAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL	
Elyelthon Silva Álvares	
José Ramiro Esteves Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.16621310514	
CAPÍTULO 15.....	172
ENVELHECIMENTO E PROTEÇÃO SOCIAL: A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA E SUA PREVENÇÃO MEDIANTE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	
Dalila Pereira Machado	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.16621310515	
CAPÍTULO 16.....	182
INFLUÊNCIAS E IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NO TRABALHO E SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	
Luiz Renato de Souza Justiniano	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
Daniele Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.16621310516	
CAPÍTULO 17.....	193
POBREZA E O ATO INFRACIONAL PRATICADO POR ADOLESCENTES SE CONFIGURA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL?	
Carmem Letícia dos Santos	
Francislane Viana da Cruz	
Maria de Jesus da Silva Lopes	
Thais Tássia Pereira da Silva	
Camila dos Santos Sampaio Carvalho	
Nágila Silva Alves	
Iracema Soares de Oliveira	
Beatriz de Oliveira Lima	
Faustina Emanuelle Nunes Alves	
Johnes Wallas de Sousa Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310517	
CAPÍTULO 18.....	203
A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS): DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Carmem Letícia dos Santos	

Francislane Viana da Cruz
Maria de Jesus da Silva Lopes
Thais Tássia Pereira da Silva
Camila dos Santos Sampaio Carvalho
Nágila Silva Alves
Iracema Soares de Oliveira
Beatriz de Oliveira Lima
Faustina Emanuelle Nunes Alves
Johnes Wallas de Sousa Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.16621310518

CAPÍTULO 19.....213

ATIVISMO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AMEAÇAS À DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

Avelina Alves Lima Neta
Angela Vieira Neves
Flávio Bezerra de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.16621310519

CAPÍTULO 20.....232

A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NAS EXPERIÊNCIAS PÓS-REVOLUÇÕES SOCIALISTAS DE CHINA E CUBA

Ana Elisa Rola Rodrigues
Guilherme Moreira Romera da Silva

DOI 10.22533/at.ed.16621310520

CAPÍTULO 21.....240

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA GUERRA HÍBRIDA NA ANEXAÇÃO DA CRIMEIA À FEDERAÇÃO RUSSA

Humberto José Lourenção

DOI 10.22533/at.ed.16621310521

SOBRE O ORGANIZADOR.....253

ÍNDICE REMISSIVO.....254

CAPÍTULO 12

A LIBERDADE ECONÔMICA EXPLICA A DEMOCRACIA LATINOAMERICANA?

Data de aceite: 21/05/2021

Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Universidade Federal de Pernambuco
Recife – PE

Felipe Ferreira de Oliveira Rocha

Universidade Federal de Pernambuco
Recife – PE

Katharyne de Andrade Santos

Universidade Federal de Pernambuco
Recife-PE

Lidiane Pascoal Santana

Universidade Tiradentes
Aracajú – Sergipe

Luma Neto do Nascimento

Universidade Federal de Pernambuco
Recife – PE

RESUMO: A liberdade econômica interfere positivamente nos índices de avaliação de democracia na América Latina? O objetivo principal deste trabalho é testar a hipótese de que quanto maior o índice de liberdade econômica de um país da América Latina, melhor será o seu nível de desenvolvimento democrático. Metodologicamente, será feita uma análise descritiva e um ajuste de modelo de regressão linear de 4 variáveis independentes: PIB anual, Taxa de Crescimento do PIB, Índice de Gini e Índice de liberdade econômica. E da variável dependente: Nível de Democracia medido pelo

Polity IV, de cada país da América Latina, entre os anos de 2007 e 2014. Os resultados sugerem que o índice de liberdade econômica interfere positivamente nos níveis de democracia e é o fator que mais explica a democracia na América Latina entre as variáveis econômicas estudadas.

PALAVRAS - CHAVE: Democracia; Liberdade econômica; América Latina.

CAN ECONOMIC FREEDOM EXPLAIN DEMOCRACY IN LATIN-AMERICA?

ABSTRACT: Does Economic freedom positively affects the democracy assessment rates in Latin America? The main objective of this study is to test the hypothesis that the greater the economic freedom index of a country in Latin America, the better its level of democratic development. Methodologically, we have done a descriptive analysis and a linear regression model adjustment of 4 independent variables: annual GDP, GDP growth rate, Gini Index and economic freedom index. And the dependent variable: Democracy level measured by Polity IV, of every country in Latin America between the years 2007 and 2014. The results suggest that the economic freedom index positively interfere in the levels of democracy and, between the economic variables studied, is the main factor that explains democracy in Latin America.

KEYWORDS: Democracy; Economic Freedom; Latin America.

1 | INTRODUÇÃO

Como já afirmava Tocqueville (1985), a democracia deve ser aspecto central no cenário político de uma sociedade, pois imprime a ela a ideia de igualdade de condições: a república democrática é caracterizada em sua concepção como o governo dos livres e iguais. Assim, seria possível garantir igualdade moral e jurídica, dignidade e liberdade civil entre os cidadãos. Vale ressaltar, contudo, que apenas a existência da democracia em um Estado não significa garantir tais aspectos. É necessário, ainda, que esta democracia, aliada a instituições eficientes, atendam preceitos constitucionais básicos e garantam alguns mecanismos efetivos de controles sociais para que se alcance uma democracia de qualidade.

Nesse sentido, a qualidade de uma democracia está estreitamente ligada a aspectos que permitam o seu pleno funcionamento e a sua estabilidade. Dessa forma, o desenvolvimento econômico seria uma forma de o regime democrático se constituir em uma situação de equilíbrio e permanência da estrutura, trazendo, portanto, mais estabilidade ao sistema político de um país. Lipset (1959), por exemplo, fala de desenvolvimento econômico como a presença de alta renda per capita, segurança econômica e altos níveis de educação, onde o aumento da riqueza afetaria não apenas as condições sociais dos trabalhadores, mas também o papel político dos cidadãos.

Assim, a fim de entender a relação existente entre democracia e desenvolvimento, o objetivo desta pesquisa procura responder se a liberdade econômica interfere positivamente nos índices de avaliação de democracia na América Latina, a partir do teste da hipótese de que quanto maior o índice de liberdade econômica de um país latinoamericano, melhor será o seu nível de desenvolvimento democrático. Também será testada nesta pesquisa a hipótese de que a liberdade econômica é o fator de maior impacto nos níveis de mensuração democrática da América Latina, em relação à riqueza, à taxa de crescimento econômico e à desigualdade¹.

Para tanto, será feita uma análise descritiva e um ajuste de modelo de regressão linear de 4 variáveis independentes: PIB anual, Taxa de Crescimento do PIB, Índice de Gini e Índice de liberdade econômica, além da variável dependente, o nível de democracia medido pelo Polity IV, em cada país da América Latina entre os anos de 2007 e 2014. A fim de testar a análise proposta e descobrir se a relação entre as variáveis é positiva, a primeira seção se encarregará de discutir as teorias já existentes sobre a associação

¹ Algumas observações técnicas da inferência estatística que utilizaremos: A hipótese de pesquisa é uma afirmação no sentido de prever de que forma as variáveis se comportariam e se relacionariam entre si. Dessa maneira, a hipótese nula afirma a não existência de efeitos na população e a alternativa afirma a existência de tal efeito. O que condiciona a lógica do teste das hipóteses, então, é o p valor. Trata-se de uma medida da obtenção dos resultados encontrados caso não houvesse relacionamento entre as variáveis estudadas na população. Via de regra, diz-se que um p cujo valor seja menor ou igual que 0,05 faz com que a hipótese nula seja descartada e a alternativa validada (DANCEY; REIDY, 2013, p. 149-152; FIGUEIREDO FILHO et al, 2013). Desse modo, no nosso artigo, a hipótese nula diz que a liberdade econômica não interfere no nível de qualidade democrática em países da América Latina, enquanto que a hipótese alternativa, nossa hipótese de trabalho, diz que as variáveis se interferem positivamente.

entre crescimento econômico e regimes políticos democráticos. Na segunda seção será explorada a metodologia utilizada para testar as hipóteses e permitir a replicabilidade dos resultados. Por fim, a terceira seção mostrará os resultados obtidos através da análise do modelo de regressão linear.

2 | UMA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A democracia, mesmo sendo um tema bastante discorrido, traz consigo uma série de questões que estão presentes nas sociedades contemporâneas. Uma delas se refere à associação existente entre desenvolvimento econômico e regime democrático. Assim, Ha-Joon Chang (2004) discorre acerca da estratégia de desenvolvimento econômico em perspectiva histórica. A ideia principal desse autor é a de que os países em desenvolvimento são pressionados pelos países desenvolvidos a adotarem “boas políticas” e “boas instituições” como forma de garantir o desenvolvimento econômico. Grosso modo, as boas políticas referem-se aquelas ditadas pelo Consenso de Washington, principalmente, a liberalização comercial e a desregulamentação do mercado (CHANG, 2004).

Por outro lado, as boas instituições dizem respeito, sobretudo, a uma democracia robusta. No entanto, de acordo com a análise de Chang (2004), os países desenvolvidos não adotaram o modelo que sugerem aos países em desenvolvimento. Ou seja, através de evidências históricas, o autor desconstrói a concepção de que o Consenso de Washington e uma robustez democrática são parâmetros cruciais para o desenvolvimento de um país.

Nesse contexto, no decorrer da trajetória dos países desenvolvidos, eles aderiram a um protecionismo de mercado e não possuíam um alto nível de democracia, o qual eles recomendam aos países em desenvolvimento. Isto evidencia que, em uma perspectiva histórica, a democracia não foi fundamental para que os países atingissem o desenvolvimento econômico. Assim, tal concepção da teoria do desenvolvimento econômico, permite a reflexão do quão crucial é uma análise bastante meticulosa acerca do impacto da economia em sistemas democráticos. Também se abre um leque para averiguar quais são as variáveis econômicas que causam efeito direto na democracia. Este é o momento em que a teoria se conecta a parte empírica para mensurar a qualidade da democracia de um país.

2.1 Desenvolvimento econômico e democracia: a abordagem de Lipset

Lipset foi um dos primeiros cientistas políticos a escrever sobre desenvolvimento econômico e democracia. Em seu artigo “Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy”, Lipset (1959, p. 75) considera que a democracia está relacionada ao desenvolvimento econômico do país. No caso: quanto mais rico um país, maiores as chances de que ele consiga manter um regime democrático. Só em países com poucos pobres é que a maior parte da população poderia participar inteligentemente do processo político, assim como seria capaz de evitar sucumbir ao apelo de “demagogos irresponsáveis”. Lipset (1959, p. 75-77) constata, empiricamente, que alta riqueza, alto

grau de industrialização e urbanização, e alto nível de educação, são mais comuns em países mais democráticos.

O autor entende o desenvolvimento econômico como a presença de alta renda per capita, segurança econômica e altos níveis de educação. O aumento da riqueza afetaria não apenas as condições sociais dos trabalhadores, mas também o papel político da classe média, uma vez que ela se torna capaz de recompensar os partidos democráticos e de penalizar os grupos extremistas. A renda nacional também estaria relacionada com os valores políticos da classe alta, uma vez que, quanto mais pobre o país, mais a classe alta tende a tratar as classes mais baixas como uma classe verdadeiramente “inferior”. Conseqüentemente, em países mais pobres, a classe alta tende a considerar os direitos políticos das classes baixas, assim como seu direito a também compartilhar o poder, como absurdo e imoral (LIPSET, 1959, p. 83-84).

O nível geral de renda também incidiria na receptividade das regras democráticas. Países mais ricos tendem a desenvolver regras mais “universalísticas”, enquanto países mais pobres tendem a manter o nepotismo, o que os impede de desenvolverem uma burocracia eficiente (LIPSET, 1959, p. 84).

Por fim, Lipset (1959, p. 84-85) destaca o papel das organizações e instituições intermediárias, que atuam como uma forma de “contrapoder” e recrutam participantes no processo político. O autor salienta que pessoas filiadas a alguma associação tendem a ter opiniões mais democráticas em questões relativas à tolerância e ao sistema de partidos, além de estarem mais aptas a participar do processo político.

2.2 Os fatores econômicos que mantêm as democracias, segundo Przeworski et al.

Przeworski et al (1997) defendem que, para que se possa ter um regime democrático, são necessárias as seguintes condições: democracia, riqueza, crescimento com inflação moderada, desigualdade decrescente, um clima favorável e instituições parlamentaristas. Os autores argumentam que as ditaduras não oferecem nenhuma vantagem quando o objetivo é desenvolvimento e democracia (PRZEWORSKI et al, 1997, p. 116).

Przeworski et al (1997:116), no que diz respeito à riqueza, argumentam que o nível de desenvolvimento econômico tem forte efeito sobre a probabilidade de que a democracia sobreviverá. Contrariamente a Huntington (1968) e O'Donnell (1986), que acreditam haver um nível de desenvolvimento que, se ultrapassado, reduz a probabilidade de sobrevivência da democracia, Przeworski et al (1997) acreditam que em nenhum nível de desenvolvimento as democracias se tornam mais frágeis do que elas eram quando mais pobres.

No que tange ao desempenho econômico, os autores acreditam que as democracias podem sobreviver em países pobres, contanto que mantenham a taxa de inflação moderada e gerem crescimento econômico. Contrariamente a Lipset (1959), Mancur Olson (1991) e Huntington (1968), Przeworski et al acreditam que a democracia não se desestabiliza quando um país cresce rapidamente, muito pelo contrário, as que crescem

mais rápido estariam mais propensas a sobreviver do que as que crescem lentamente. O fator que ameaça, realmente, a estabilidade democrática seriam as crises econômicas (PRZEWORSKI et al, 1997, p. 118).

Por fim, o último fator econômico apresentado pelos autores é a desigualdade de renda. Os autores descobriram que a democracia estaria mais propensa a sobreviver em países nos quais a desigualdade é declinante ao longo do tempo (PRZEWORSKI, 1997, p. 119).

2.3 Os determinantes econômicos para a prosperidade, segundo Jan Teorell

Jan Teorell (2010: 57), assim como Przeworski et al (2000) e Persson e Tabellini (2009), argumenta que, durante a terceira onda de democratização, a modernização socioeconômica não resultou em um avanço democrático nos países mais modernizados². Na verdade, houve uma tendência dos países menos modernizados socioeconomicamente a retrocederem a um autoritarismo.

Para Teorell (2010, p. 67-68), nem o nível de educação, nem de industrialização, urbanização ou renda nacional evitam um retrocesso ao autoritarismo. Um indicador que teria impacto seria o nível de proliferação midiática, só que essa mídia não levaria à democratização em um contexto autoritário, já que, em regimes autoritários, a mídia é utilizada como instrumento político pelo líder. O que a proliferação midiática pode fazer é evitar que as democracias se de-democratizem.

Em momentos de crise econômica, ao ver a capacidade estatal decair, o setor privado que apoia o regime autoritário tende a começar a enxergar a democracia como uma melhor alternativa. Em segundo lugar, em época de crise, o governo passa a não poder mais evitar a oposição de setores populares, como através de empregos públicos e subsídios, o que faz com que insurjam mobilizações e protestos populares. Por último, e concordando com Haggard e Kaufman (1995), O'Donnell e Schmitter (1986) e Przeworski (1991), as crises econômicas geram divisões dentro do próprio regime, o que é a principal causa de fim de regimes autoritários (TEORELL, 2010, p. 70-71).

Teorell (2010, p. 59) concorda com as descobertas de Ross (2001) sobre os efeitos antidemocráticos do petróleo. Os países dependentes do petróleo tendem a recusar um aumento no nível de democracia. Por fim, o autor conclui alegando que as conquistas democráticas sobrevivem mais facilmente em níveis mais elevados de modernização socioeconômica (TEORELL, 2010, p. 76).

2.4 Enfim, os regimes políticos mantêm o crescimento econômico?

Przeworski e Limongi (1993) buscam investigar se, de fato, existe relação entre o regime político (democracia ou ditadura) e o crescimento econômico. Para tanto, eles revisam a literatura teórica e os estudos estatísticos. Ao fim, chegam à conclusão

² O conceito de democracia de Teorell é contínuo e o de Przeworski é binário. Isto faz diferença no momento de medir a relação entre democracia e crescimento econômico.

de que falar em regime político não é o meio mais válido de investigação e estratégia inferencial eficiente. Ou seja, não é necessariamente uma democracia ou uma ditadura que ocasionará o crescimento ou recrudescimento econômico, mas a natureza e a engenharia das instituições políticas envolvidas em cada regime observado.

Em termos teóricos, os autores afirmam existir dois grupos na literatura: os que são a favor da afirmação de que a democracia sustenta o crescimento econômico e os que são contra tal afirmação. Antes de apresentar os argumentos dos dois grupos, os autores desmistificam a afirmação de que a democracia necessariamente assegura os direitos de propriedade. Portanto, os argumentos contra a afirmação de que a democracia é uma condição necessária para o crescimento econômico, em resumo, são: a. A democracia abala o investimento por padecer da instabilidade de pressões consumo imediato (HUNTINGTON, 1968; HUNTINGTON, DOMINGUEZ, 1975) o que faz com que a ditadura assegure a fonte maior de poupança (RAO, 1984); b. A ditadura isola o Estado das pressões de interesses particulares, logo, as democracias são repletas dos problemas da ação coletiva (HAGGARD, 1990). Por outro lado, North (1990), Barro (1990), Findlay (1990), Olson (1991) e Przeworski (1990) são adeptos do argumento de que os dirigentes autônomos são predatórios ao crescimento, e não a democracia.

Perante esse debate, o texto, então, traz a evidência estatística. Assim, ao examinarem dezoito estudos, os autores afirmam que:

Em certo sentido, os críticos e os defensores da democracia travam um diálogo de surdos. Os críticos supõem que as ditaduras são melhores na mobilização de poupança; os defensores, que as democracias são melhores na alocação de investimento. Ambos os argumentos podem ser verdadeiros, mas, como veremos, a evidência estatística é inconclusiva e os estudos que a produziram apresentam graves problemas. (PRZEWORSKI; LIMONGI, 1993, p. 183).

Desse modo, dos dezoito estudos que geraram vinte e uma conclusões: oito concluíram em favor do autoritarismo, oito em favor da democracia e cinco não apontaram diferença. Nesse ínterim, os autores do paper afirmam que o desenho de pesquisa desses estudos é complexo, a regressão simples falha do mesmo modo que a comparação de médias e há vários vieses de seleção. Os autores concluem com uma advertência de que os resultados são muito sensíveis a alterações na equação do modelo de regressão afetando o sinal. Ou seja: “Embora o recurso à simulação constitua ao menos uma garantia de que não se atribuem a regimes efeitos que eles não produzem, ainda é possível que este recurso se mostre incapaz de captar os efeitos que os regimes, de fato, exercem” (Przeworski; Limongi, 1993, p. 187). Justamente por isso, os autores afirmam que a resposta para a pergunta de investigação que eles tinham se proposto e que era a de saber se a democracia auxilia ou não no crescimento econômico não pode ser respondida e resta em aberto para discussões maiores, como a que propomos aqui.

Para contribuir com os estudos sobre democracia e desempenho econômico, o presente trabalho buscará responder a seguinte pergunta: a liberdade econômica interfere positivamente os índices de avaliação de democracia na América Latina? Pretende-se testar a hipótese de que a liberdade econômica interfere positivamente no nível democrático de um país da América Latina. Será testada também a hipótese de que a liberdade econômica é o fator de maior impacto nos níveis de mensuração democrática da América Latina, em relação à riqueza, à taxa de crescimento econômico e à desigualdade.

3 | METODOLOGIA

Esta seção descreve os principais procedimentos adotados de modo a permitir a replicabilidade do trabalho (KING, 1995; JANZ, 2015). Primeiramente será feita uma análise descritiva da variável dependente Nível de Democracia, que é quantitativa discreta e medida através do índice de classificação de regimes Polity IV. Logo após serão analisadas as 4 variáveis independentes quantitativas contínuas: índice de liberdade econômica, PIB anual, Taxa de Crescimento do PIB e Índice de Gini. Logo após, será feita a análise do ajuste de modelo de regressão linear, utilizando as mesmas variáveis acima citadas. O quadro a seguir sumariza as informações acerca do desenho de pesquisa:

Variáveis Independentes	Índice de Liberdade Econômica PIB anual a preços constantes de dólares Taxa de crescimento do PIB Índice de Gini
Variável Dependente	Nível de Democracia (Polity IV)
Amostra	18 países da América Latina (apenas Cuba e Haiti foram excluídos).
Técnicas	Estatística descritiva e regressão linear ³
Fonte de dados	CEPAL Banco Mundial Index of Economic Freedom (fundação Heritage) Polity IV

Quadro 1 – Síntese das informações do desenho de pesquisa

Fonte: elaborado pelos autores.

O índice de mensuração democrática Polity IV está disponível no próprio site do projeto⁴. É uma variável quantitativa discreta, portanto não assume frações. O Polity IV possui uma escala de -10 a +10, que se divide em: -10 “autocracias plenas”; -9 a -4 “autoritários”;

³ A estatística descritiva fornece medidas de tendência central tal como N, a média e o desvio padrão. Torna-se importante por indicar escores típicos da amostra e auxiliarem na análise exploratória e visualização dos dados (DANCEY; REIDY, 2013). A regressão linear, por seu turno, é um instrumento robusto de análise de dados ao fazer “possível utilizar as variáveis independentes para prever os valores da variável dependente” (FIGUEIREDO FILHO et al, 2011, p.49).

⁴ Link para acesso aos dados do índice Polity IV: <http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm>

-5 a 0 “anocracias fechadas”; +1 a +5 “anocracias abertas”; +6 a +9 “democracias”; e +10 “democracias plenas”.

Será apresentada a evolução das médias das variáveis mencionadas entre os anos de 2007 e 2014, para cada um dos países da América Latina, exceto o Haiti. Este país foi retirado da amostra devido à sua pontuação fora do intervalo válido, de -10 a +10, na variável dependente. O Haiti recebeu a pontuação de -77, uma pontuação especial, devido a sua ocupação/ausência de governo, entre os anos de 2010 e 2014, ou seja, nos 5 dos 8 anos estudados.

O índice de liberdade econômica está disponível no site da fundação Heritage⁵. A liberdade econômica é medida pela média aritmética de dez liberdades econômicas, classificadas em uma escala de 0 a 100. A hipótese é de que quanto maior o índice de liberdade econômica, maior será o nível de democracia de um país da América Latina.

O PIB anual está disponível no site da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL⁶. Foi utilizado o PIB anual a preços constantes de dólares. A Taxa de Crescimento do PIB foi retirada do mesmo site. A hipótese é de que quanto maior a riqueza e o nível de crescimento econômico de um país, maior será o nível democrático.

O índice de Gini está disponível no site do Banco Mundial⁷. Um índice de Gini de 0 representa igualdade perfeita, enquanto um índice de 100 implica desigualdade perfeita. A hipótese é a de que uma menor desigualdade interfere positivamente na avaliação de um regime para a democracia.

Todas as variáveis apresentam 152 casos, exceto o índice de Gini. Esta variável não possui nenhuma medição para o ano de 2014 e sofre com a ausência de valores para Cuba e Venezuela, além da falta de alguns anos distribuídos pelos demais países, resultando em 97 casos.

4 | RESULTADOS

MUNCK e VERKUILEN (2002), discutindo 9 medidas democráticas, incluindo o Polity IV, afirmam que a conceituação de democracia abordada por estas avaliações, são, em diferentes medidas, influenciadas por Dahl (1972, p. 4–6), em cuja obra a democracia consiste em dois atributos: concorrência e participação. De fato, o índice de medição de regimes Polity IV é composto por tais atributos. São seis componentes de medição que constituem um ranking das qualidades-chave do processo eleitoral, sendo elas: 1) a regulação do recrutamento do Executivo; 2) a competitividade no recrutamento do Executivo; 3) a abertura no recrutamento do Executivo; 4) as restrições ao Executivo; 5) a regulação da participação; e 6) a competitividade de participação (MARSHALL; GURR; JAGGERS; 2014).

5 Link de acesso aos dados do Índice de Liberdade Econômica: <http://www.heritage.org/index/explore>

6 Link de acesso aos dados da CEPAL: http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp.

7 Link de acesso aos dados do Banco Mundial: <http://data.worldbank.org/>.

A regulação do recrutamento do Executivo corresponde ao grau em que um governo tem um sistema de procedimentos institucionalizados para a transferência de poder no Executivo. A competitividade nesse recrutamento refere-se à em que medida há igualdade de oportunidades entre os competidores. O recrutamento do chefe do Executivo é “aberto” na proporção em que toda a população politicamente ativa tem a oportunidade, em princípio, de alcançar este poder através de um processo regulamentado. As restrições ao Executivo se referem à extensão das restrições institucionalizadas na tomada de decisão no poder Executivo, ou seja, em que medida os freios e contrapesos funcionam em um determinado governo, no que se refere às decisões do poder central. A participação é completamente regulada quando nenhum problema, grupo significativo ou tipos convencionais de ação política são regularmente excluídas do processo político. E a competitividade da participação política compreendo o quanto as diferentes alternativas e preferências podem chegar à arena política (MARSHALL; GURR; JAGGERS; 2014).

O índice de medição de níveis democráticos Polity IV possui uma escala de medição de -10 a +10, não considerando frações. O valor mais alto, 10, representa uma “democracia plena”; os valores entre 6 e 9 equivalem a “democracias”; os valores entre 1 e 5 são de regimes denominados “anocracias abertas”; entre -5 e 0 são “anocracias fechadas”; e, finalmente, entre -10 e -6, estariam os países “autoritários”.

Dáí fica a curiosidade: o que seriam “anocracias”? Anocracias seriam regimes híbridos, onde os governos não são nem totalmente democráticos nem totalmente autocráticos, mas combinam traços e práticas democráticas e autocráticas. A anocracia é caracterizada pelo Polity IV por instituições e elites políticas que são muito menos capazes de realizar tarefas fundamentais e assegurar a sua própria continuidade. Regimes anocráticos são mais vulneráveis para o aparecimento de novos eventos de instabilidade política, como focos de conflito armado ou golpes de estado (MARSHALL & COLE, 2014).

Nos 19 países da América Latina estudados durante o período de 2007 a 2014, a média do Polity IV foi de 7 pontos. Ou seja, em média os países da América Latina foram considerados “democráticos” no período estudado, o que é observado na estatística descritiva dos indicadores utilizados neste trabalho (tabela 1). Portanto, na média, os governos da América Latina, entre 2007 e 2008, ficaram em um patamar abaixo da democracia plena. Os motivos podem ser um sistema fraco de freios e contrapesos no poder executivo, algumas restrições sobre participação política ou deficiências na aplicação do Estado de Direito.

Variável	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Polity IV	152	-7	10	7,00	3,987
PIB	152	8.469,79	2.403.977,46	270.464,82	524.831,30
Taxa de Crescimento do PIB	152	-4,74	14,22	4,10	3,17
Índice de Gini	97	41,32	59,37	49,40	4,04
Índice de Liberdade Econômica	152	26,7	79,0	58,94	11,37

Tabela 1 – Estatística Descritiva das Variáveis Estudadas

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Polity IV, da CEPAL, do Banco Mundial e do Index of Economic Freedom.

Como pode ser verificado do gráfico 1, os países que mostraram as maiores médias nos níveis de mensuração democrática do Polity IV foram Chile, Costa Rica e Uruguai, sendo classificados como “Democracias plenas”. Os três países atingiram a pontuação máxima de 10 pontos, em cada um dos anos entre 2007 e 2014. O valor 10 indica uma democracia completamente institucionalizada, que possui instituições que viabilizem uma participação política deliberativa, aberta e competitiva, ou seja, escolhe e substitui o chefe do executivo em eleições competitivas e impõe freios e contrapesos sobre os poderes discricionários do chefe executivo (MARSHALL & COLE, 2014).

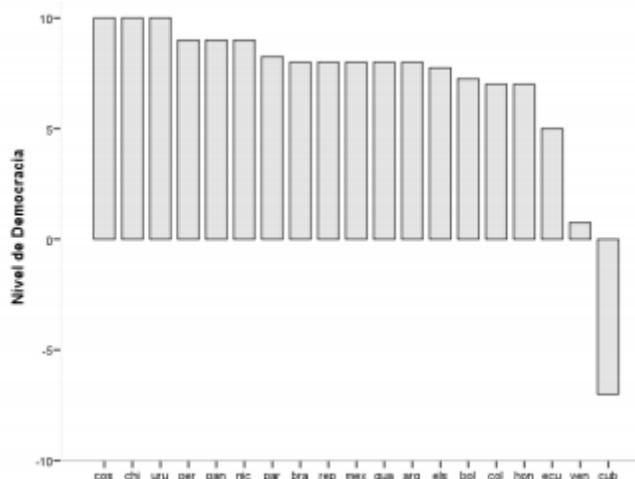


Gráfico 1 – Média do nível de democracia por país da América Latina

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Polity IV.

Cuba possui os menores índices democráticos na América Latina. De 2007 a 2014, o país atingiu a pontuação de -7, o que representa um nível de regime autocrático. Um governo autocrático, na definição adotada pelo Polity IV, é caracterizado pelo regime autoritário de líderes personalistas, juntas militares, ou estruturas de um único partido (MARSHALL & COLE, 2014).

A Venezuela possui o segundo pior desempenho democrático na região. Entre os anos de 2009 e 2012, a Venezuela, foi alocada entre as “anocracias fechadas”, ou seja, uma anocracia com tendências mais autoritárias, o que correspondente ao final do segundo governo de Hugo Chávez. Durante os anos de 2007 e 2008, início do segundo governo chavista, e no início do governo de Nicolás Maduro (2013 e 2014), o Polity IV colocou o país na posição de uma “anocracia aberta”, ou seja, uma anocracia com mais traços democráticos.

O Haiti foi excluído da análise por não apresentar uma pontuação válida entre os anos de 2010 e 2014. De acordo com o Polity IV, o valor especial de -77 compreendido nesse período significa um “interregnum”, ou seja, um país sem governo, ocupado. A título de informação, durante os anos de 2007 a 2009 o país atingiu um nível de 5 pontos na escala do Polity IV. Esse valor representa que nesse período o país encontrava-se em uma anocracia aberta. Além da Venezuela e do Haiti, apenas o Equador recebeu esta mesma classificação pelo Polity IV, entretanto com a mesma pontuação (5 pontos) em todos os anos do corte temporal.

O Brasil, apesar de possuir a maior média do PIB nacional na América Latina, como pode ser observado no gráfico 2, está na 8ª posição no índice Polity IV. Outro destaque vai para Cuba: mesmo sendo o único país considerado autoritário na região, possui um PIB médio maior do que os de países considerados plenamente democráticos, como Costa Rica e Uruguai.

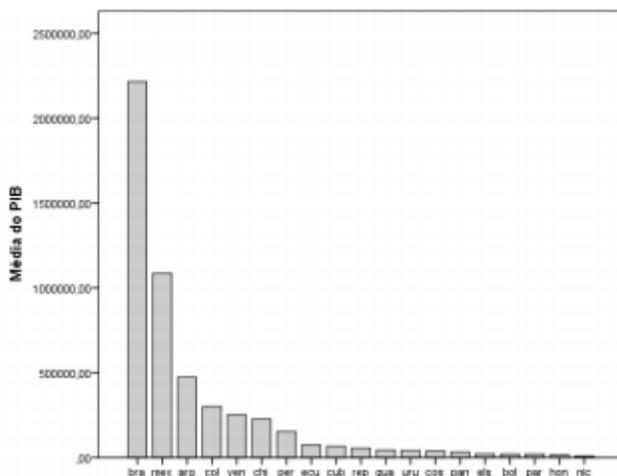


Gráfico 2 – Média do PIB total anual a preços constantes em dólares por país da América Latina

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da CEPAL.

Os 19 países da América Latina estudados formam, durante o período estudado, um PIB médio de US\$ 270.464,82, com um desvio-padrão duas vezes maior que a média (US\$ 524.831,30). Portanto, fica evidente o já esperado alto grau de desigualdade econômica entre os países estudados.

Para o ajuste de modelo de regressão linear foi utilizado o logaritmo do PIB, o que torna possível uma medição mais clara do PIB na variável dependente. A correlação entre o logaritmo e o PIB real mostrou ser de 0,802 (p-valor= 0,000)⁸.

A correlação entre o PIB (log) e o nível de democracia apresentou um baixo valor e uma baixa significância (p-valor= 0,422), medindo -0,06, portanto, muito próximo de zero, ou seja, da ausência de correlação, como pode ser observado no gráfico de dispersão a seguir. Na parte inferior do gráfico mostram-se os dois grupos de casos que se afastam dos demais: Cuba e Venezuela, devido às suas baixas avaliações democráticas.

8 A correlação que aqui nos referimos é a correlação produto-momento, ou correlação de Pearson, ou ainda o r de Pearson. Trata-se de um coeficiente criado por Karl Pearson e Francis Galton. Esse coeficiente mensura o grau de associação entre duas variáveis quantitativas (discretas ou contínuas). Ele varia de -1 a +1. O sinal, positivo ou negativo, determina a direção da relação (relacionados positivamente ou negativamente) e a magnitude é dita forte quanto mais for à proximidade com um. Assim -1 e +1 são correlações fortes (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2010).

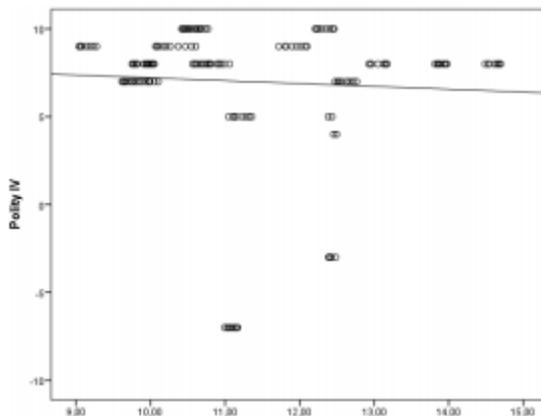


Gráfico 3 – Gráfico de dispersão entre as variáveis Nível de Democracia (Polity IV) e PIB (log)

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da CEPAL.

Como pode ser observado no gráfico 4, a média da taxa de crescimento do PIB entre os 19 países estudados teve uma queda entre os anos de 2007 e 2009, e entre 2009 e 2010 ganhou uma maior recuperação, mas passou a oscilar nos três últimos anos analisados, voltando a cair em 2014.

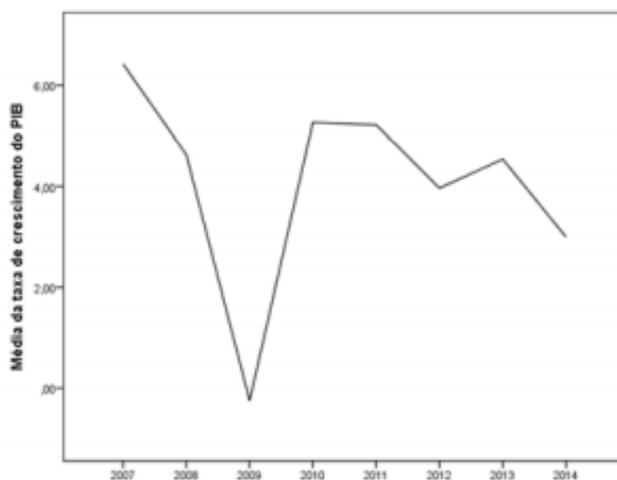


Gráfico 4 – Média de taxa de crescimento do PIB em 19 países da América Latina no período entre 2007 e 2014.

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da CEPAL.

Observa-se no gráfico 5 que o Panamá foi o país da América Latina com a maior média da taxa de crescimento econômico entre os países estudados. Ressalta-se que o país é o 5º mais democrático da região. El Salvador foi o país que, em média, menos cresceu no período estudado. A Venezuela mostrou um resultado igual ao nível democrático: permaneceu no penúltimo lugar entre os países estudados.

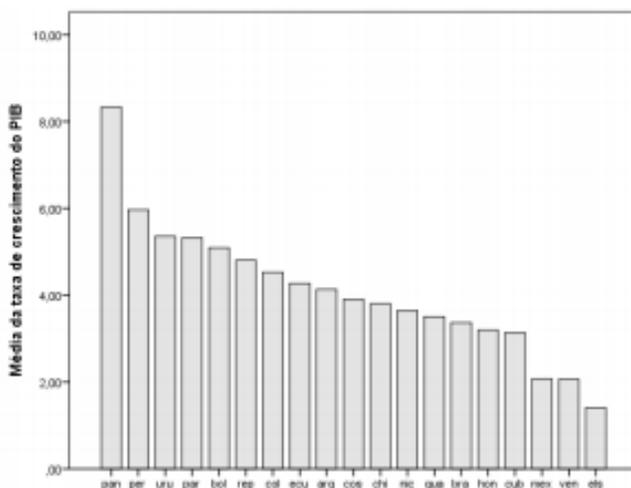


Gráfico 5 – Média da taxa de crescimento do PIB por país da América Latina

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da CEPAL.

Ao contrário do PIB, a Taxa de Crescimento do PIB apresentou uma maior correlação com a variável dependente, apresentando um coeficiente de 0,173 (pvalor=0,033).

O Índice de Gini mede a extensão em que a distribuição de renda entre os indivíduos ou agregados familiares dentro de uma economia desvia de uma distribuição perfeitamente igual, segundo a definição usada pelo Banco Mundial. Um índice de Gini de 0 representa igualdade perfeita, enquanto um índice de 100 implica desigualdade perfeita.

Devido à ausência de dados para o ano de 2014 em todos os países, de todos os anos para Cuba e Venezuela e de alguns anos distribuídos entre os 19 países, o número de observações caiu de 152 nas demais variáveis para 97 no índice de Gini, como pode ser observado na tabela 1 mostrada anteriormente. O país que apresentou a menor média de desigualdade nos anos estudados foi El Salvador, enquanto que a Colômbia apresentou ser o mais desigual.

De um modo geral, a média de desigualdade da América Latina diminuiu ao longo do período estudado, como pode ser observado no gráfico 6. Houve uma queda mais acentuada entre os anos de 2007 e 2010, atingindo o seu menor valor no ano de 2012 e

em 2013 voltou a crescer.

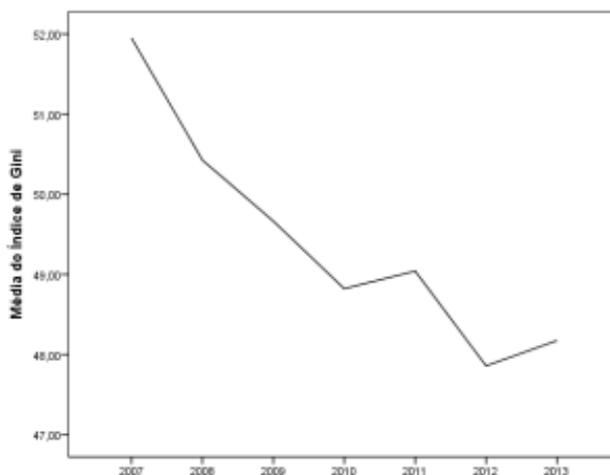


Gráfico 6 – Evolução da média do Índice de Gini na América Latina

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Banco Mundial.

O índice de Gini apresentou uma correlação de sinal negativo, portanto, uma menor desigualdade está relacionada às melhores avaliações democráticas, com um valor de $-0,243$ (p -valor= $0,017$).

O índice de liberdade econômica, elaborado pela fundação Heritage e variável independente desta pesquisa, mede a liberdade econômica com base em 10 fatores quantitativos e qualitativos, agrupados em quatro grandes categorias, ou pilares, de liberdade econômica: Estado de Direito (direitos de propriedade, nível de corrupção); Governo Limitado (liberdade fiscal, gastos do governo); Eficiência regulamentar (liberdade comercial, liberdade de trabalho, liberdade monetária); e Mercados abertos (liberdade de comércio, liberdade de investimento, liberdade financeira). Cada uma das dez liberdades econômicas dentro dessas categorias é classificada em uma escala de 0 a 100. A pontuação geral do país é derivada pela média aritmética dessas dez liberdades econômicas, ou seja, com igual importância a cada uma (MILLER & KIM, 2016).

Os países que possuem uma pontuação entre 80 e 100 são completamente livres economicamente. Nenhum país da América Latina foi alocado nessa categoria em nenhum dos anos estudados. Aqueles que obtiveram uma pontuação entre 7 e 79,9, são países predominantemente livres. O Chile foi o único país entre os 19 estudados que foi classificado nesta categoria em todos os anos estudados, com uma média de 78,15. Logo, é o país da América Latina que, na média, possui o maior nível de liberdade econômica, o que fica evidente no gráfico 7. Apenas a Colômbia, no ano de 2014 e o Uruguai em

2011, conseguiram atingir a pontuação dessa categoria, com 70,7 e 70, respectivamente. Os valores entre 60 e 69,9 representam países de liberdade econômica moderada, e 6 dos 19 países estão, na média do período estudado, dentro dessa categoria, sendo eles: Guatemala, Paraguai, Panamá, Colômbia, Costa Rica, Peru, México, El Salvador e Uruguai.

Ao analisar a liberdade econômica e o nível de democracia, Chile e Uruguai estavam entre os países que possuíam o maior nível de liberdade econômica na região, com médias de 78,15 e 69,26 respectivamente, e também tinham o maior nível de democracia. Já a Costa Rica ocupa a 6ª colocação no ranking de liberdade econômica. Cuba foi o único país da América Latina considerado completamente autocrático no período estudado, assim como foi o que obteve a menor média do índice de liberdade econômica entre os países da América Latina, possuindo uma média de 27,98.

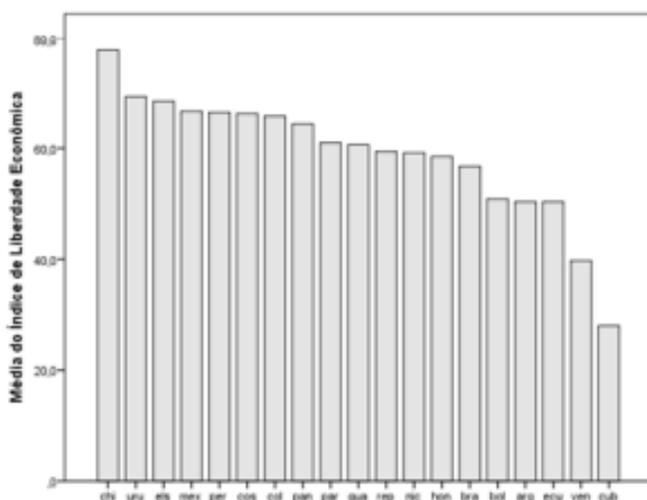


Gráfico 7 – Média do índice de Liberdade Econômica por país da América Latina

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Index of Economic Freedom.

A maioria dos países latino-americanos é, em média, predominantemente não livre, o que pôde ser verificado na estatística descritiva da tabela 1. Nos 19 países da América Latina estudados, a média de desempenho no período compreendido entre 2007 e 2014, foi de 58,93. O valor mínimo apresentado foi de 26,7 no ano de 2010 em Cuba e o valor máximo foi de 79 no ano de 2013, no Chile. Cuba e Venezuela, assim como possuem os piores níveis de democracia na América Latina, também foram os que receberam as piores avaliações no índice de liberdade econômica. Ambos foram classificados como países de liberdade reprimida, a Venezuela com média de 39,71 e Cuba com 27,99.

O nível de liberdade de econômica de um país da América Latina mostrou estar

altamente correlacionado ao seu nível de desenvolvimento democrático, com um coeficiente de correlação de 0,844 (p-valor= 0,000). A maior correlação registrada com a variável dependente no presente desenho de pesquisa. Portanto, demonstra-se que a o índice de liberdade econômica, entre as demais variáveis também de cunho econômico, mostrou ser a que possui a maior correlação com os níveis de avaliação democrática de um país da América Latina. Uma alta correlação positiva mais facilmente observada no gráfico de dispersão (gráfico 8), que demonstra dois casos destoantes. Cuba possui, em média, uma liberdade econômica próxima de 30 e uma avaliação de um país autoritário em média de valor -7. Outro valor que se distancia da distribuição é a Venezuela. Com uma liberdade econômica em valores em torno de 40, a sua avaliação de anocracia mede em torno -3 pontos. Este país mostrou um resultado igual ao nível democrático e do PIB: permaneceu no penúltimo lugar entre os países estudados.

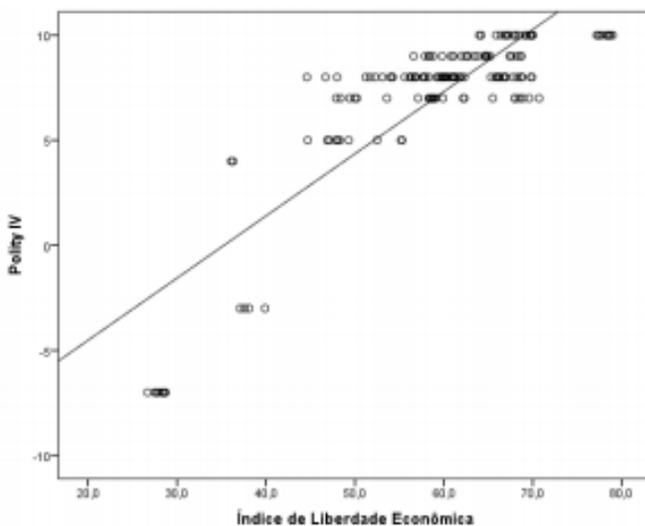


Gráfico 8 – Gráfico de dispersão entre o Nível de Democracia e o Índice de Liberdade Econômica

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Index of Economic Freedom.

No ajuste de modelo de regressão linear proposto neste trabalho¹⁰, temos em nosso favor que, tecnicamente, as estatísticas de ajuste do modelo sugere um R² 0,483 e R² ajustado de 0,461, que estão muito acima dos indicadores de ajuste usualmente reportados em modelos de ciência política, o que pode ser observado na tabela 2.

Modelo	Coeficientes Não-Padronizados		Coeficientes Padronizados	t	Significância
	B	Erro Padronizado	Beta		
(Constante)	3,889	1,692		2,298	,024
PIB (log)	,030	,068	,033	,436	,664
T. Crescimento do PIB	,067	,029	,172	2,283	,025
Índice de Gini	-,073	,025	-,225	-2,984	,004
Índice de L. Econômica	,117	,014	,635	8,431	,000

R² 0,483; R² ajust. 0,461; F= 21,49

Tabela 2 – Regressão linear múltipla (MQO)

Fonte: Elaboração dos autores.

Os resultados indicam que, controlando pelas demais variáveis, cada ponto percentual adicional do PIB resulta em 3% a mais de chance de o país ser democrático, no entanto, o coeficiente não foi estatisticamente significativo ($\beta = 0,030$; erro-padrão = 0,068; p-valor= 0,664).

Já a Taxa de Crescimento do PIB mostrou um efeito positivo e estatisticamente significativo ($\beta = 0,067$; erro-padrão = 0,029; p-valor= 0,025). Portanto, para cada ponto percentual de crescimento econômico de um país da América Latina, aumenta-se em aproximadamente 6% o seu nível de democracia.

Para cada ponto a mais de desigualdade diminui-se em cerca de 7% a chance de um país da América Latina ser democrático, portanto, o índice de Gini mostrou um efeito negativo e significativo ($\beta = -0,073$; erro-padrão = 0,025; p-valor= 0,004). Logo, foi corroborada a hipótese de Przeworski (1997), onde a democracia tem mais chances de sobreviver diante de uma desigualdade decrescente.

O índice de Liberdade Econômica mostrou um maior poder explicativo entre as variáveis do modelo. O efeito foi positivo e estatisticamente significativo ($\beta = 0,117$; erro-padrão = 0,014; p-valor= 0,000). Ou seja, para cada ponto a mais na avaliação do nível de liberdade econômica aumenta-se em aproximadamente 11% a chance de um país da América Latina ser democrático.

Portanto, ao contrário do que Przeworsky et al (1997) afirmam, não foi possível concluir que a riqueza de um país, especialmente um país da América Latina, tem uma relação positiva significativa com os níveis de democracia. Entretanto, confirmam-se as hipóteses dos mesmos autores de que a democracia está relacionada a baixos níveis de desigualdade e a um maior crescimento econômico. Do mesmo modo, a constatação, por parte de um estudo histórico, feita por Chang (2004) de que robustez democrática não leva a desenvolvimento econômico também parece não se validar.

Esses resultados devem ser observados com cautela diante da limitação dos dados.

Em primeiro lugar, não foi possível igualar o número de casos sobre índice de Gini caiu de 152 para 92, como já afirmado anteriormente. Outra ressalva é que o índice de liberdade econômica, como foi descrito no início deste trabalho, é uma média aritmética de fatores como direitos de propriedade, nível de corrupção, gastos de governo, liberdade fiscal, comercial, de trabalho, monetária, financeira, de investimento, entre outros. Portanto, o índice da fundação Heritage utilizado neste trabalho dá o mesmo peso para diferentes aspectos que contribuem para a liberdade econômica, o que pode superestimar ou subestimar a importância de determinados critérios de avaliação. Já o Polity IV possui critérios de avaliação de regimes diferentes de outros índices também bem conceituados como o Freedom House, o que pode gerar alguma diferença na medição da variável dependente.

Destaca-se que a hipótese central do nosso trabalho não foi rejeitada. A liberdade econômica mostrou interferir positivamente nos níveis de democracia na América Latina. Além disso, também foi corroborada a segunda hipótese: o índice de liberdade econômica é o fator que melhor explica a democracia na América Latina diante das principais variáveis econômicas utilizados pela literatura para explicar a democracia. Portanto, buscamos contribuir para os estudos da ciência política, especialmente a área da democracia e desenvolvimento econômico, demonstrando que o índice de liberdade econômica é um indicador que deve ser analisado com especial atenção pelos nossos colegas cientistas como um fator de considerável importância para o desenvolvimento da democracia na América Latina.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao levantar estimativas sobre democracia e desempenho econômico, os resultados erguidos por esta pesquisa levaram a corroborar as pesquisas que já afirmavam a relação entre alta qualidade na democracia e baixos níveis de desigualdade e a um maior crescimento econômico. Os resultados obtidos, apesar de não mostrar significância na relação entre a riqueza de um país, especialmente um país da América Latina, com os níveis de democracia, sugerem que o índice de liberdade econômica interfere positivamente nos níveis de democracia e é o fator que mais se aproxima de uma explicação sobre a democracia na América Latina entre as variáveis econômicas estudadas.

A liberdade econômica mostrou interferir positivamente nos níveis de democracia na América Latina, confirmando que os países em desenvolvimento são constantemente levados a adotar políticas eficazes e instituições eficientes como forma de garantir o desenvolvimento econômico. Dessa forma, o desenvolvimento econômico contribuirá para um maior equilíbrio do sistema político, com a preservação da estrutura política e trará mais estabilidade para o funcionamento eficaz da democracia em uma sociedade, trazendo ganhos positivos para o bem estar dos cidadãos.

Portanto, este trabalho buscou contribuir para os estudos da ciência política trazendo uma análise que pretende cooperar com futuros estudos da democracia na América Latina, mostrando que o índice de liberdade econômica é um indicador de considerável importância para o desenvolvimento da democracia na América Latina e, que, o desenvolvimento econômico seria uma forma de o regime democrático se constituir em uma situação de solidez e maior eficácia, resultando em uma democracia de maior qualidade.

REFERÊNCIAS

BARRO, Robert J. Government spending in a simple model of endogenous growth. **National Bureau of Economic Research**, 1990.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.

DAHL, Robert A. **Polyarchy**: Participation and opposition. New Haven, CT: Yale University Press, 1972.

DANCEY, Christine P.; REIDY, John. **Estatística sem matemática para psicologia**: usando SPSS para windows. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JUNIOR, José Alexandre. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 1, 2010.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto et al. O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 1, 2011.

_____, Dalson Britto et al. When is statistical significance not significant?. **Brazilian Political Science Review**, v. 7, n. 1, p. 31-55, 2013.

FINDLAY, Ronald. **The New Political Economy**: Its Explanatory Power For LDCS*. *Economics & Politics*, v. 2, n. 2, p. 193-221, 1990.

HAGGARD, Stephan. **Pathways from the periphery**: The politics of growth in the newly industrializing countries. Cornell University Press, 1990.

HUNTINGTON, S. **Political order in changing societies**. New Haven: Yale U. 1968.

_____, e Jorge I. DOMINGUEZ. Political development. In: Greenstein, F.I. e N.W. Polsby, orgs. **Handbook of political science**. Vol. 3. Reading: Addison-Wesley, 1975.

JANZ, Nicole. Bringing the Gold Standard into the Classroom: Replication in University Teaching. **International Studies Perspectives**, 2015.

KING, G. "Replication, Replication." *PS: Political Science and Politics* 28, p. 443-499, 1995.

LIPSET, Seymour Martin. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. **The American Political Science Review**, v. 53, n. 1, p. 69-105, 1959.

MARSHALL, Monty G.; COLE, Benjamin R. Global Report 2014 - **Conflict, Governance, and State Fragility** (PDF). Center for Systemic Peace. July 23, 2014.

MARSHALL, Monty G.; GURR, Ted Robert; JAGGERS, Keith 2014: POLITY™ IV PROJECT. Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2012. **Dataset Users' Manual**, Colorado State University (p4manualv2012.pdf)

MILLER, Terry and KIM, Anthony B., **2016 Index of Economic Freedom** (Washington, DC: The Heritage Foundation and Dow Jones & Company, Inc., 2016), <http://www.heritage.org/index>.

MUNCK, Gerardo L., and Jay VERKUILEN. Conceptualizing and measuring democracy: Evaluating alternative indices. **Comparative Political Studies**, 35, p. 5–34. 2002.

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge university press. 1990.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillipe. **Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies**. Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press, 1986.

OLSON, Mancur. Autocracy, democracy, and prosperity. **Strategy and choice**, v. 131, n. 157, p. 131-57, 1991.

PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. Democratic Capital: The Nexus of Political and Economic Change. **American Economic Journal**, v. 1, n. 2, 2009. pp. 88-126.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

PRZEWORSKI, Adam. **The state and the economy under capitalism**. Fundamentals of pure and applied economics, vol. 40. Chur, Suíça: Harwood Academic Publishers, 1990.

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. Regimes políticos e crescimento econômico. **Novos Estudos**, n. 37, p. 174-189, 1993.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. **Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. O que mantém as democracias? **Lua Nova**, n. 40/41, p. 113-135, 1997.

RAO, Vaman. Democracy and economic development. **Studies in Comparative International Development (SCID)**, v. 19, n. 4, p. 67-81, 1984.

ROSS, Michael. Does Oil Hinder Democracy? **World Politics**, v. 51, abril, 2001. pp. 325-61. 26
TEORELL, Jan. **Determinants of Democratization: Explaining Regime Change in the World, 1972-2006**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. TOCQUEVILLE, Alexis de. A Democracia na América. Tradução de Francisco Weffort. São Paulo: Abril S. A. Cultural, 1985.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 8, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 206

Alagoas 5, 7, 115, 117, 118, 123, 125

América Latina 41, 128, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 181, 192, 238

Ativismo 9, 213, 214, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 228, 229

B

Biopoder 6, 23, 25, 27, 28

Brasil 8, 5, 6, 11, 12, 16, 17, 18, 21, 22, 29, 30, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 56, 62, 63, 65, 79, 87, 90, 91, 93, 94, 97, 98, 100, 101, 114, 138, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 214, 215, 216, 218, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239

Bumba meu boi 7, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 113, 114

C

Capital 4, 17, 20, 31, 61, 82, 118, 125, 126, 127, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 167, 169, 170, 171, 180, 181, 190, 195, 202, 232, 234, 235

China 9, 62, 190, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 246

CNPIR 9, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 230

Controle Social 7, 24, 27, 55, 58, 64, 67, 68, 70, 76, 77, 215

Coronavírus 7, 62, 63, 65, 115, 233, 239

Crimeia 9, 240, 241, 242, 246, 248, 249

Cuba 9, 134, 135, 138, 139, 141, 143, 144, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

D

Democracia 7, 9, 51, 52, 53, 65, 67, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 154, 156, 213, 214, 215, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235

Desenvolvimento 6, 8, 1, 2, 6, 9, 11, 13, 15, 20, 40, 42, 44, 45, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 79, 80, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 98, 103, 118, 128, 129, 130, 131, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 153, 154, 155, 158, 159, 163, 169, 170, 177, 180, 181, 183, 196, 197, 200, 205, 207, 210, 211, 212, 217, 233, 234, 238, 246, 253

Desigualdades 7, 9, 20, 49, 57, 63, 115, 118, 168, 198, 199, 201, 202, 209, 232, 233, 236, 237

E

Economia Solidária 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 69, 72, 76, 78

Educação do campo 35, 39, 40

Envelhecimento 8, 172, 173, 174, 175, 181, 191

Estado 7, 8, 1, 2, 3, 5, 8, 10, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 37, 39, 43, 44, 47, 50, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 97, 99, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 136, 142, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 167, 173, 175, 180, 182, 183, 184, 185, 191, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 215, 221, 222, 224, 226, 227, 229, 235, 237, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248

F

Famílias 8, 38, 84, 85, 87, 89, 96, 117, 173, 177, 178, 179, 180, 188, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

G

Gênero 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 37, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 72, 174, 245

Geografia Cultural 103, 104, 105, 107, 113, 114

Gestão Democrática 8, 54, 64, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170

Guerra Híbrida 9, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

L

LGBTI 46, 48

Liberdade 7, 16, 18, 42, 45, 50, 128, 129, 134, 135, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 153, 154, 167, 168, 171, 198, 200, 202, 214, 216

Luta 6, 7, 5, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 84, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 151, 170, 209, 210, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 229

M

Maranhão 5, 7, 12, 45, 80, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 167

Mobilização Política 7, 92, 93, 94

Movimentos Sociais 5, 6, 5, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 68, 69, 76, 77, 79, 87, 95, 96, 97, 99, 213, 215, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229

Mulheres 6, 13, 18, 21, 25, 27, 29, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47,

48, 49, 50, 51, 52, 53, 72, 73, 104, 106, 126, 174, 176, 218, 219, 225

N

Negócios 7, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 153, 183, 246

Neoliberalismo 150, 153, 154, 156, 159, 160

P

Paisagens Culturais 7, 103, 104, 108, 113

Pandemia 7, 11, 55, 62, 63, 64, 66, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 126, 172, 180

Participação Social 9, 5, 56, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 226, 227, 228, 230

Patriarcado 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 46, 48, 50, 51

Piauí 5, 6, 7, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 72, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 101, 172, 193, 202, 203

Planejamento 6, 8, 2, 6, 40, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 118, 124, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 192, 217, 237

PNAS 8, 173, 177, 203, 204, 205, 207, 210, 211

Pobreza 8, 55, 57, 71, 76, 78, 95, 159, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 209, 223, 224, 244

Poder 2, 5, 14, 17, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 38, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 57, 58, 59, 64, 67, 69, 70, 107, 118, 131, 132, 136, 145, 151, 154, 157, 162, 164, 165, 170, 174, 175, 215, 217, 226, 228, 230, 234, 235, 239, 242, 245

Política 2, 5, 6, 7, 8, 3, 5, 7, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 26, 28, 31, 36, 37, 38, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 69, 71, 72, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 104, 108, 136, 137, 144, 146, 147, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 179, 180, 185, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 215, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 238, 240, 243, 244, 247, 248, 249, 253

Políticas públicas 7, 1, 2, 7, 39, 40, 44, 46, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 79, 98, 99, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 188, 194, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 228

Previdência 36, 117, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 205, 225

Proteção social 8, 150, 153, 159, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Q

Quilombolas 7, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102

R

Recoopsol 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Reforma Agrária 7, 18, 36, 80, 81, 87, 89, 90, 91, 235, 237, 238

Representatividade 6, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 119, 126

Rural 35, 40, 41, 45, 56, 65, 80, 81, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 159, 167, 170

Rússia 240, 242, 243, 246, 248, 249

S

Socialismo 50, 160, 232, 234, 236, 237, 238

T

Território 1, 3, 4, 6, 8, 9, 24, 55, 56, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 89, 95, 96, 101, 105, 116, 166, 169, 176, 178, 206, 210, 246, 249

Trabalho 5, 8, 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 20, 25, 36, 37, 41, 46, 63, 65, 67, 68, 81, 92, 93, 97, 100, 103, 104, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 134, 136, 142, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 159, 160, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 182, 183, 189, 190, 192, 195, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 223, 231, 232, 233, 236, 237

U

Ucrânia 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 251

V

Violação de direitos 173, 175, 176, 178, 179, 180, 194, 197, 200

Violência 8, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 42, 44, 50, 89, 111, 159, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 198, 200, 201, 202, 221, 222, 226, 235, 243, 245, 249

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 